

# Bahia Ferrovias S.A

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023



Edifício Guimarães Trade  
Av. Tancredo Neves, 1.189  
17º andar - Pituba  
41820-021 - Salvador - BA - Brasil  
Tel: +55 71 3501-9000  
Fax: +55 71 3501-9019  
ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos  
Acionistas e Diretores da  
**Bahia Ferrovias S.A.**  
Salvador – Bahia.

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bahia Ferrovias S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



Edifício Guimarães Trade  
Av. Tancredo Neves, 1.189  
17º andar - Pituba  
41820-021 - Salvador - BA - Brasil  
Tel: +55 71 3501-9000  
Fax: +55 71 3501-9019  
ey.com.br

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 19 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/O

  
Daniel de Araujo Peixoto  
Contador CRC BA-025348/O

## **Contexto**

A Bahia Ferrovias S.A. (“Bahia Ferrovias” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, constituída em 19 de julho de 2021, com o objetivo de explorar em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a construção e a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre os municípios de Ilhéus e Caetité, no estado da Bahia, nos termos, prazos e condições estabelecidos no Contrato de Subconcessão entre a Companhia e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”). A sede social da Companhia está localizada na Avenida Magalhães Neto, 1.752, edifício Lena Empresarial, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

Em 3 de setembro de 2021, foi assinado o Contrato de Subconcessão da exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre os municípios de Ilhéus e Caetité, no estado da Bahia, denominada de Ferrovia de Integração Oeste-Leste (“FIOL”), entre a União, representado pela ANTT e a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (“VALEC”), denominada interveniente e subconcedente e a Companhia, na qualidade de subconcessionária, para a construção e prestação de serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da FIOL, por um período de 35 anos, a contar a partir da data da assinatura, não postergável.

Anteriormente à subconcessão, o empreendimento FIOL, estava sendo executado pela VALEC, empresa pública vinculada ao Ministério de Infraestrutura (“MINFRA”). O projeto completo da FIOL compreende o trecho entre os municípios de Ilhéus, no estado da Bahia, e o município de Figueirópolis, no estado de Tocantins, numa extensão de 1.527 km. O Trecho 1 da ferrovia (“FIOL 1”) subconcessionado para a Companhia vai de Caetité a Ilhéus, passando por 19 municípios na Bahia ao longo de 537 quilômetros.

Atualmente, a Companhia está em fase pré-operacional e vem despendendo seus recursos em: (a) obras iniciais de infraestrutura e superestrutura ferroviárias; (b) revisão dos projetos fundamentais de engenharia; (c) desapropriações de áreas que impactam na finalização da construção da infraestrutura da malha ferroviária; (d) contratações de serviços de aprimoramento dos estudos e avaliações econômicas-financeiras do projeto de exploração e (e) manutenção das condicionantes das licenças e permissões da Companhia, os quais, de acordo com as estimativas iniciais, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Em 2023, foi iniciada a execução das obras de infraestrutura e superestrutura ferroviárias do lote 1F, com 126,4 km de extensão, que passa pelos municípios de Ilhéus, Uruçuca, Ubaitaba, Gongogi, Itagiba, Aurelino Leal e Aiquara, no estado da Bahia. O prazo estimado para as obras é de 36 meses, com um investimento previsto de R\$ 1,1 bilhão.

O prazo previsto em contrato para finalização das obras de construção da infraestrutura da malha ferroviária e o consequente início das operações é de cinco anos da data da assinatura do contrato. A Bahia Ferrovias requereu a prorrogação das obrigações não financeiras junto à ANTT, referente aos investimentos com prazos determinados, com base na Lei. 14.273/2021 (“Lei das Ferrovias”). A Agência Nacional de Transportes Terrestres forneceu uma devolutiva sobre o tema, entendendo que o direito de prorrogação conferido pela Lei das Ferrovias aplica-se automaticamente às concessões, independentemente dos ajustes contratuais necessários. A formalização do aditivo e a previsão de incidência de eventual impacto financeiro no valor da outorga encontra-se em discussão junto à ANTT. As análises e impactos do pleito ainda estão sendo avaliados pela Administração da Bahia Ferrovias.

A Companhia tem prejuízo acumulado no valor de R\$ 89.000 (2022, R\$ 56.245) e apresentou capital circulante líquido no montante de R\$ 187.940 (2022, R\$ 428.849). A Companhia conta com a intenção do Grupo ERG, através do acionista controlador Bahia Mineração S.A. (“BAMIN”), para fornecer recursos necessários para a continuidade de suas atividades.

## **Capital social**

O capital social autorizado está representado por 595.501.851 (quinhentos e noventa e cinco milhões, quinhentos e um mil e oitocentos e cinquenta e um) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, cujo valor totalmente integralizado corresponde à R\$ 595.502.

**Relatório da Administração**  
**31 de dezembro de 2023**  
**(Em milhares de reais)**

**Continuidade operacional**

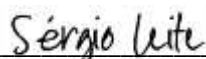
A Administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera em sua principal ação o suporte financeiro de seu acionista controlador, garantindo assim que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para obter os recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período apropriado são considerados julgamentos críticos pela Administração da Companhia.

**Responsabilidade da administração**

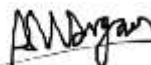
Confirmamos com o melhor de nosso conhecimento que as demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho das operações e os fluxos de caixa, juntamente com as descrições dos principais riscos e incertezas que a Companhia enfrenta.

**Diretores**

Os diretores em exercício durante o exercício de 31 de dezembro de 2023 e até a data de assinatura das demonstrações contábeis de 2023 encontram-se a seguir indicados:



Sérgio Leite  
**Diretor Presidente**



Alexandre Aigner  
**Diretor Financeiro**



Eduardo Ledsham  
**Diretor**



Gustavo Cota  
**Diretor**

**Bahia Ferrovias S/A**  
**Balanço patrimonial**  
**31 de dezembro de 2023**  
**(Em milhares de reais)**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	<b>245.653</b>	462.982
Adiantamentos	<b>3.314</b>	110
Outros ativos	<b>2.694</b>	2.588
	<b>251.661</b>	465.680
<b>Não circulante</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Tributos a recuperar	<b>16.129</b>	4.697
Depósitos judiciais	<b>3.690</b>	127
Outros ativos	<b>323</b>	-
	<b>20.142</b>	4.824
Imobilizado	<b>267.699</b>	74.020
Direito de uso	<b>30.548</b>	31.483
Intangível	<b>173</b>	81
	<b>298.420</b>	105.584
<b>Total do ativo</b>	<b>570.223</b>	576.088
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	<b>55.375</b>	27.080
Obrigações tributárias e sociais	<b>7.831</b>	7.705
Partes relacionadas	<b>515</b>	2.046
	<b>63.721</b>	36.831
<b>Total do passivo</b>	<b>63.721</b>	36.831
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	<b>595.502</b>	595.502
Prejuízos acumulados	<b>-89.000</b>	-56.245
	<b>506.502</b>	539.257
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>570.223</b>	576.088

**Bahia Ferrovias S/A****Demonstração do resultado do exercício****Exercício findo em 31 de dezembro de 2023****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Despesas gerais e administrativas	<b>-81.320</b>	-74.704
Outras receitas (despesas), líquidas	<b>860</b>	-206
<b>Prejuízo operacional</b>	<b>-80.460</b>	-74.910
Receitas financeiras	<b>47.830</b>	38.763
Despesas financeiras	<b>-125</b>	-69
<b>Resultado financeiro</b>	<b>47.705</b>	38.694
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>-32.755</b>	-36.216
Tributos sobre o lucro	-	-
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>-32.755</b>	-36.216



**Bahia Ferrovias S/A**

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	<b>Capital Social</b>	<b>Adiantamento para futuro aumento de capital</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2022</b>	266.557	32.730	-20.029	279.258
Integralização de capital	296.215	-	-	296.215
Adiantamento para futuro aumento de capital	32.730	-32.730	-	-
Prejuízo do período	-	-	-36.216	-36.216
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	595.502	-	-56.245	539.257
Prejuízo do exercício	-	-	-32.755	-32.755
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	595.502	-	-89.000	506.502

**Bahia Ferrovias S/A****Demonstração dos fluxos de caixa**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo do exercício	-32.755	-36.216
<b>Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício</b>		
Depreciação e amortização	806	97
Baixa de ativo imobilizado e intangível	8	-
<b>Variações no capital circulante</b>		
Adiantamentos	-3.204	-110
Tributos a recuperar	-11.432	-4.307
Depósitos judiciais	-3.563	-127
Fornecedores	28.295	22.114
Obrigações tributárias e sociais	126	5.927
Partes relacionadas	-1.531	-5.251
Outros ativos	-429	-3.111
<b>Caixa líquido usado nas atividades operacionais</b>	<b>-23.679</b>	<b>-20.984</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado	-193.530	-69.132
Aquisição de intangível	-120	-87
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>-193.650</b>	<b>-69.219</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Integralização de capital	-	296.215
<b>Caixa líquido gerado das atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>296.215</b>
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa	-217.329	206.012
Caixa e equivalentes de caixa no início de exercício	462.982	256.970
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final de exercício</b>	<b>245.653</b>	<b>462.982</b>

**Relatório da Administração**  
**31 de dezembro de 2023**  
**(Em milhares de reais)**

**Contexto**

A Bahia Ferrovias S.A. (“Bahia Ferrovias” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, constituída em 19 de julho de 2021, com o objetivo de explorar em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a construção e a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre os municípios de Ilhéus e Caetité, no estado da Bahia, nos termos, prazos e condições estabelecidos no Contrato de Subconcessão entre a Companhia e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”). A sede social da Companhia está localizada na Avenida Magalhães Neto, 1.752, edifício Lena Empresarial, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

Em 3 de setembro de 2021, foi assinado o Contrato de Subconcessão da exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre os municípios de Ilhéus e Caetité, no estado da Bahia, denominada de Ferrovia de Integração Oeste-Leste (“FIOL”), entre a União, representado pela ANTT e a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (“VALEC”), denominada interveniente e subconcedente e a Companhia, na qualidade de subconcessionária, para a construção e prestação de serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da FIOL, por um período de 35 anos, a contar a partir da data da assinatura, não postergável.

Anteriormente à subconcessão, o empreendimento FIOL, estava sendo executado pela VALEC, empresa pública vinculada ao Ministério de Infraestrutura (“MINFRA”). O projeto completo da FIOL compreende o trecho entre os municípios de Ilhéus, no estado da Bahia, e o município de Figueirópolis, no estado de Tocantins, numa extensão de 1.527 km. O Trecho 1 da ferrovia (“FIOL 1”) subconcessionado para a Companhia vai de Caetité a Ilhéus, passando por 19 municípios na Bahia ao longo de 537 quilômetros.

Atualmente, a Companhia está em fase pré-operacional e vem despendendo seus recursos em: (a) obras iniciais de infraestrutura e superestrutura ferroviárias; (b) revisão dos projetos fundamentais de engenharia; (c) desapropriações de áreas que impactam na finalização da construção da infraestrutura da malha ferroviária; (d) contratações de serviços de aprimoramento dos estudos e avaliações econômicas-financeiras do projeto de exploração e (e) manutenção das condicionantes das licenças e permissões da Companhia, os quais, de acordo com as estimativas iniciais, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Em 2023, foi iniciada a execução das obras de infraestrutura e superestrutura ferroviárias do lote 1F, com 126,4 km de extensão, que passa pelos municípios de Ilhéus, Uruçuca, Ubaitaba, Gongogi, Itagiba, Aurelino Leal e Aiquara, no estado da Bahia. O prazo estimado para as obras é de 36 meses, com um investimento previsto de R\$ 1,1 bilhão.

O prazo previsto em contrato para finalização das obras de construção da infraestrutura da malha ferroviária e o consequente início das operações é de cinco anos da data da assinatura do contrato. A Bahia Ferrovias requereu a prorrogação das obrigações não financeiras junto à ANTT, referente aos investimentos com prazos determinados, com base na Lei. 14.273/2021 (“Lei das Ferrovias”). A Agência Nacional de Transportes Terrestres forneceu uma devolutiva sobre o tema, entendendo que o direito de prorrogação conferido pela Lei das Ferrovias aplica-se automaticamente às concessões, independentemente dos ajustes contratuais necessários. A formalização do aditivo e a previsão de incidência de eventual impacto financeiro no valor da outorga encontra-se em discussão junto à ANTT. As análises e impactos do pleito ainda estão sendo avaliados pela Administração da Bahia Ferrovias.

A Companhia tem prejuízo acumulado no valor de R\$ 89.000 (2022, R\$ 56.245) e apresentou capital circulante líquido no montante de R\$ 187.940 (2022, R\$ 428.849). A Companhia conta com a intenção do Grupo ERG, através do acionista controlador Bahia Mineração S.A. (“BAMIN”), para fornecer recursos necessários para a continuidade de suas atividades.

**Capital social**

O capital social autorizado está representado por 595.501.851 (quinhentos e noventa e cinco milhões, quinhentos e um mil e oitocentos e cinquenta e um) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, cujo valor totalmente integralizado corresponde à R\$ 595.502.

**Relatório da Administração**  
**31 de dezembro de 2023**  
**(Em milhares de reais)**

**Continuidade operacional**

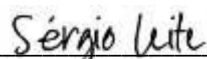
A Administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera em sua principal ação o suporte financeiro de seu acionista controlador, garantindo assim que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para obter os recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período apropriado são considerados julgamentos críticos pela Administração da Companhia.

**Responsabilidade da administração**

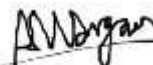
Confirmamos com o melhor de nosso conhecimento que as demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho das operações e os fluxos de caixa, juntamente com as descrições dos principais riscos e incertezas que a Companhia enfrenta.

**Diretores**


Os diretores em exercício durante o exercício de 31 de dezembro de 2023 e até a data de assinatura das demonstrações contábeis de 2023 encontram-se a seguir indicados:



Sérgio Leite  
**Diretor Presidente**



Alexandre Aigner  
**Diretor Financeiro**



Eduardo Ledsham  
**Diretor**



Gustavo Cota  
**Diretor**



Edifício Guimarães Trade  
Av. Tancredo Neves, 1.189  
17º andar - Pituba  
41820-021 - Salvador - BA - Brasil  
Tel: +55 71 3501-9000  
Fax: +55 71 3501-9019  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos  
Acionistas e Diretores da  
**Bahia Ferrovias S.A.**  
Salvador – Bahia.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Bahia Ferrovias S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.




Edifício Guimarães Trade  
Av. Tancredo Neves, 1.189  
17º andar - Pituba  
41820-021 - Salvador - BA - Brasil  
Tel: +55 71 3501-9000  
Fax: +55 71 3501-9019  
ey.com.br

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 19 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/O

  
Daniel de Araujo Peixoto  
Contador CRC BA-025348/O

**Balço patrimonial**  
**31 de dezembro de 2023**  
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	245.653	462.982
Adiantamentos	6	3.314	110
Outros ativos	9	2.694	2.588
		<b>251.661</b>	<b>465.680</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Tributos a recuperar	7	16.129	4.697
Depósitos judiciais	8	3.690	127
Outros ativos	9	323	-
		<b>20.142</b>	<b>4.824</b>
Imobilizado	10	267.699	74.020
Direito de uso	11	30.548	31.483
Intangível	12	173	81
		<b>298.420</b>	<b>105.584</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>570.223</b>	<b>576.088</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	13	55.375	27.080
Obrigações tributárias e sociais	14	7.831	7.705
Partes relacionadas	16	515	2.046
		<b>63.721</b>	<b>36.831</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>63.721</b>	<b>36.831</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	17	595.502	595.502
Prejuízos acumulados		(89.000)	(56.245)
		<b>506.502</b>	<b>539.257</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>570.223</b>	<b>576.088</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia



**Demonstração do resultado do exercício**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2023**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Despesas gerais e administrativas	18	(81.320)	(74.704)
Outras receitas (despesas), líquidas		860	(206)
<b>Prejuízo operacional</b>		<b>(80.460)</b>	<b>(74.910)</b>
Receitas financeiras		47.830	38.763
Despesas financeiras		(125)	(69)
<b>Resultado financeiro</b>	19	<b>47.705</b>	<b>38.694</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(32.755)</b>	<b>(36.216)</b>
Tributos sobre o lucro		-	-
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(32.755)</b>	<b>(36.216)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia

**Demonstração do resultado abrangente**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2023**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	2023	2022
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>(32.755)</b>	<b>(36.216)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(32.755)</b>	<b>(36.216)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2023**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2022</b>		266.557	32.730	(20.029)	279.258
Integralização de capital	17	296.215			296.215
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	32.730	(32.730)		-
Prejuízo do período				(36.216)	(36.216)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>		595.502	-	(56.245)	539.257
Prejuízo do exercício		-	-	(32.755)	(32.755)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		595.502	-	(89.000)	506.502

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia

**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2023**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Nota	2023	2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo do exercício		(32.755)	(36.216)
<b>Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício</b>			
Depreciação e amortização	10 e 12	806	97
Baixa de ativo imobilizado e intangível	10	8	-
<b>Variações no capital circulante</b>			
Adiantamentos	6	(3.204)	(110)
Tributos a recuperar	7	(11.432)	(4.307)
Depósitos judiciais	8	(3.563)	(127)
Fornecedores	13	28.295	22.114
Obrigações tributárias e sociais	14	126	5.927
Partes relacionadas	16	(1.531)	(5.251)
Outros ativos	9	(429)	(3.111)
<b>Caixa líquido usado nas atividades operacionais</b>		<b>(23.679)</b>	<b>(20.984)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado	10	(193.530)	(69.132)
Aquisição de intangível	12	(120)	(87)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>		<b>(193.650)</b>	<b>(69.219)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Integralização de capital		-	296.215
<b>Caixa líquido gerado das atividades de financiamento</b>		<b>-</b>	<b>296.215</b>
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa		(217.329)	206.012
Caixa e equivalentes de caixa no início de exercício	5	462.982	256.970
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final de exercício</b>	5	<b>245.653</b>	<b>462.982</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia

**Notas explicativas as demonstrações contábeis**  
**31 de dezembro de 2023**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto operacional**

A Bahia Ferrovias S.A. (“Bahia Ferrovias” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, constituída em 19 de julho de 2021, com o objetivo de explorar em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a da construção e da prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre os municípios de Ilhéus e Caetité, no estado da Bahia, nos termos, prazos e condições estabelecidos no Contrato de Subconcessão entre a Companhia e a Agencia Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”). A sede social da Companhia está localizada na Avenida Magalhães Neto, 1.752, edifício Lena Empresarial, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

**(a) Aprovação das demonstrações contábeis**

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 19 de abril de 2024.

**2. Políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo.

**2.1. Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir perdas ou ganhos com valor justo de alguns instrumentos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia, no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa 3.

**2.2 Novas normas, interpretações e revisões emitidas**

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

**(a) Alterações ao IFRS 16 / CPC 06: Passivo de locação em um *Sale and Leaseback* (transação de venda e retroarrendamento)**

A alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (*sale and leaseback*). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

**Notas explicativas as demonstrações contábeis**  
**31 de dezembro de 2023**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

2.2 *Novas normas, interpretações e revisões emitidas (continuação)*

**(b) Alterações ao IAS 1 / CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante**

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

**(c) Alteração ao IAS 7 / CPC 23 (R2) e ao IFRS 7 / CPC 40 (R1)**

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

**2.3 Moeda funcional e conversão em moeda estrangeira**

**(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"), que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais ("R\$") foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**(b) Transações e saldos**

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais incorridos nessas transações e na conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e outros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

**Notas explicativas as demonstrações contábeis**  
**31 de dezembro de 2023**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

## **2.4 Instrumentos financeiros**

### **(a) Ativos financeiros**

#### Reconhecimento e desconhecimento

A Companhia classifica, mensura e reconhece seus ativos financeiros sob a categoria “mesurados ao custo amortizado”. A classificação de ativos financeiros é geralmente baseada no modelo de negócios adotado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

#### Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Subsequentemente, serão mensurados pelo custo amortizado com base na taxa efetiva de juros.

#### Custo amortizado

Os ativos mensurados ao custo amortizado devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, a Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* diretamente no resultado.

#### *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos ativos financeiros registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

### **(b) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados sob a categoria “passivos financeiros ao custo amortizado”. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

#### Passivo financeiro ao custo amortizado

A Companhia classifica todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos contrato de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são contabilizadas no resultado. A Companhia possui operações com Fornecedores como passivos financeiros não derivativos.

#### Desreconhecimento de passivos financeiros

Os passivos financeiros são baixados apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também desconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

**Notas explicativas as demonstrações contábeis**  
**31 de dezembro de 2023**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

## **2.5 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

## **2.6 Adiantamentos**

Os adiantamentos a fornecedores são inicialmente reconhecidos como um ativo circulante da Companhia, uma vez que representam recursos financeiros que serão utilizados no curto prazo. Quando os bens ou serviços pelos quais os adiantamentos foram feitos são recebidos, o montante correspondente é apropriado do ativo para o resultado do exercício corrente.

## **2.7 Tributos a recuperar**

Os tributos a recuperar são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, do país em que a entidade atua e gera lucro tributável.

## **2.8 Depósitos judiciais**

Os depósitos judiciais que envolvem a aquisição compulsória de propriedades pela Companhia para os fins de construção da infraestrutura e superestrutura da FIOL, são instrumentos garantidores de que os proprietários dos imóveis receberão uma compensação justa pela propriedade desapropriada. Os depósitos judiciais são reconhecidos pelo valor justo no ativo não circulante, uma vez que a Companhia avalia que os recursos permaneceram indisponíveis por um período superior a um ano.

## **2.9 Imobilizado**

### **(a) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada exercício.



**Notas explicativas as demonstrações contábeis**  
**31 de dezembro de 2023**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**2.9 Imobilizado (continuação)**

**(a) Reconhecimento e mensuração (continuação)**

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

**(b) Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

**2.10 Direito de uso**

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

**2.11 Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

**Notas explicativas as demonstrações contábeis**  
**31 de dezembro de 2023**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**2.12 Fornecedores**

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva.

**2.13 Capital social**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

**2.14 Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

**3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à perdas por redução ao valor recuperável de ativos, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do direito de uso com vida útil definida e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes serão sempre as mais próximas possíveis, e raramente iguais aos respectivos resultados reais.

**(a) Continuidade operacional**

A Administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera em sua principal ação a intenção não vinculante do suporte financeiro de seu acionista controlador, enquanto a Companhia permanecer como subsidiária indireta da controladora final, garantindo assim que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para obter recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período apropriado são considerados julgamentos críticos pela administração da Companhia.

**Notas explicativas as demonstrações contábeis**  
**31 de dezembro de 2023**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

3. *Estimativas e julgamentos contábeis críticos (continuação)*

**(b) Perda (*impairment*) do direito de exploração da subconcessão**

O direito de exploração da subconcessão é revisado anualmente para verificar se há indicativos de *impairment* ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Uma perda por *impairment* será reconhecida pela diferença entre valor contábil do ativo excedente e o valor recuperável verificado. Entretanto, não há indicadores de *impairment* identificados para a Companhia.

**(c) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia**

Subconcessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de subconcessão da malha ferroviária. Os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 27 / IAS 16 – “Ativo Imobilizado”, CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e a Orientação OCPC 05 – “Contratos de Concessão”.

Os ativos decorrentes do contrato de subconcessão da malha ferroviária estão sob a ótica do CPC 06 (R2) / IFRS 16, onde, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito do uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor mensurado inicial do passivo de arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O Contrato de Subconcessão será extinto por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção da subconcessão, todos os bens serão revertidos para a VALEC, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessarão para a Companhia todos os direitos emergentes do Contrato de Subconcessão.

No final do Contrato de Subconcessão, os bens de propriedade da Subconcessionária e aqueles resultantes de investimentos por ela efetivados em bens arrendados, necessários para à continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário e vinculados a Subconcessão, poderão, mediante declaração de reversibilidade e devida indenização dos investimentos realizados por parte do Poder Concedente, passar a integrar o patrimônio da União, conforme prevê o Contrato de Subconcessão.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas.

**Notas explicativas as demonstrações contábeis**  
**31 de dezembro de 2023**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**4. Gestão de risco financeiro**

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a contas a pagar fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco de taxa de juros. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

**(a) Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, entre outros.

**(b) Risco de crédito**

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

**(c) Risco de liquidez**

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

**(d) Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

**Notas explicativas as demonstrações contábeis**  
**31 de dezembro de 2023**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

4. *Gestão de risco financeiro (continuação)*

**(e) Instrumentos financeiros por categoria**

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e transações entre partes relacionadas.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma liquidação ou venda forçada.

Em 31 de dezembro de 2023, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os valores justos para os instrumentos financeiros da Companhia.

		2023	2022
<b>Ativos</b>	<b>Categoria</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	Ao custo amortizado	245.653	462.982
		245.653	462.982
<b>Passivos</b>	<b>Categoria</b>		
Fornecedores	Ao custo amortizado	55.375	27.080
Partes relacionadas	Ao custo amortizado	515	2.046
		55.890	29.126

5. **Caixa e equivalentes de caixa**

	2023	2022
Recursos em caixa	1	3
Depósitos bancários à vista	258	43
Aplicações financeiras de curto prazo	245.394	462.936
	245.653	462.982

As aplicações financeiras, de risco baixo de crédito, referem-se substancialmente às aplicações em Operações Compromissadas, Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI), com liquidez diária (disponível para saques e transferências), com rentabilidades vinculadas aos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”).

6. **Adiantamentos**

	2023	2022
Fornecedores	3.196	-
Empregados	118	110
	3.314	110

**Notas explicativas as demonstrações contábeis**  
**31 de dezembro de 2023**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**7. Tributos a recuperar**

	2023	2022
IRRF <sup>1</sup> sobre aplicações financeiras	16.113	4.697
PIS <sup>2</sup> e COFINS <sup>3</sup> não cumulativo	16	-
	16.129	4.697

O montante de R\$ 16.113 (2022, R\$ 4.697), corresponde ao imposto retido na fonte, decorrente de resgates de aplicações financeiras da Companhia.

**8. Depósitos judiciais**

	2023	2022
Desapropriações	3.690	127

O saldo de depósitos judiciais de R\$ 3.690 (2022, R\$ 127) refere-se a processos legais de desapropriações de áreas da faixa de domínio da FIOL.

**9. Outros ativos**

	2023	2022
Seguros	3.015	2.561
Outras contas a receber	2	27
	3.017	2.588
(-) Circulante	(2.694)	(2.588)
Não circulante	323	-

<sup>1</sup> Imposto de Renda Retido na Fonte.

<sup>2</sup> Programa de Integração Social.

<sup>3</sup> Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

**Notas explicativas as demonstrações contábeis**  
**31 de dezembro de 2023**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**10. Imobilizado**

	<b>Imobilizado em construção (i)</b>	<b>Benfeitorias</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Custo</b>				
Em 1º de janeiro de 2022	-	-	743	743
Adições	69.981	2.004	1.384	73.369
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>69.981</b>	<b>2.004</b>	<b>2.127</b>	<b>74.112</b>
<b>Depreciação acumulada</b>				
Em 1º de janeiro de 2022	-	-	-	-
Depreciação	-	(1)	(91)	(92)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>(91)</b>	<b>(92)</b>
<b>Saldo contábil</b>				
Custo total	69.981	2.004	2.127	74.112
Depreciação acumulada	-	(1)	(91)	(92)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>69.981</b>	<b>2.003</b>	<b>2.036</b>	<b>74.020</b>
<b>Custo</b>				
Em 1º de janeiro de 2023	<b>69.981</b>	<b>2.004</b>	<b>2.127</b>	<b>74.112</b>
Adições (ii)	<b>193.526</b>	-	<b>939</b>	<b>194.465</b>
Transferências	-	(164)	164	-
Baixas	-	-	(8)	(8)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>263.507</b>	<b>1.840</b>	<b>3.222</b>	<b>268.569</b>
<b>Depreciação acumulada</b>				
Em 1º de janeiro de 2023	-	(1)	(91)	(92)
Depreciação	-	(369)	(409)	(778)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>-</b>	<b>(370)</b>	<b>(500)</b>	<b>(870)</b>
<b>Saldo contábil</b>				
Custo total	<b>263.507</b>	<b>1.840</b>	<b>3.222</b>	<b>268.569</b>
Depreciação acumulada	-	(370)	(500)	(870)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>263.507</b>	<b>1.470</b>	<b>2.722</b>	<b>267.699</b>

(i) Sob o Contrato de Subconcessão da FIOL, trecho 1, a Companhia tem por obrigação a finalização da construção dos ativos que compõe a infraestrutura e superestrutura da malha ferroviária. Desta forma, a Companhia tem principalmente despendido seus recursos em: (a) obras iniciais de infraestrutura e superestrutura ferroviárias; (b) revisão dos projetos fundamentais de engenharia; e (c) contratações de serviços de aprimoramento dos estudos e avaliações econômicas-financeiras do projeto de exploração da FIOL, trecho 1. Tais recursos despendidos e citados anteriormente compõe o ativo em andamento da Bahia Ferrovias. O prazo previsto em contrato para finalização das obras de construção da infraestrutura e superestrutura da malha ferroviária é de cinco anos da data da assinatura do contrato.

(ii) Em 2023 houve a adições de imobilizado no total de R\$ 194.465 (2022, R\$ 73.669). Do total de adições do exercício, R\$ 935 (2022, R\$ 4.237) representa adições de capitalização de gastos, sem efeito caixa, diretamente ligados à finalização da construção dos ativos que compõem a infraestrutura e superestrutura da malha ferroviária. Enquanto que R\$ 193.530 (2022, R\$ 69.132) representam o total de adições do imobilizado com efeito caixa.

**Notas explicativas as demonstrações contábeis**  
**31 de dezembro de 2023**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**11. Direito de uso**

	<b>Outorga da subconcessão</b>	<b>Total</b>
<b>Custo</b>		
Em 1º de janeiro de 2022		
Adições	32.730	32.730
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>32.730</b>	<b>32.730</b>
<b>Amortização acumulada</b>		
Em 1º de janeiro de 2022	-	-
Amortização (i)	(1.247)	(1.247)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(1.247)</b>	<b>(1.247)</b>
<b>Saldo contábil</b>		
Custo total	32.730	32.730
Amortização acumulada	(1.247)	(1.247)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>31.483</b>	<b>31.483</b>
<b>Custo</b>		
Em 1º de janeiro de 2023	<b>32.730</b>	<b>32.730</b>
Adições	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>32.730</b>	<b>32.730</b>
<b>Amortização acumulada</b>		
Em 01 janeiro de 2023	<b>(1.247)</b>	<b>(1.247)</b>
Amortização (i)	<b>(935)</b>	<b>(935)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(2.182)</b>	<b>(2.182)</b>
<b>Saldo contábil</b>		
Custo total	<b>32.730</b>	<b>32.730</b>
Amortização acumulada	<b>(2.182)</b>	<b>(2.182)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>30.548</b>	<b>30.548</b>

- (i) Os valores referentes a amortização do Contrato de Subconcessão da FIOL, trecho 1, são capitalizados. Em 2023 foi capitalizado o montante de R\$ 935 (2022 R\$ 1.247).



**Notas explicativas as demonstrações contábeis**  
**31 de dezembro de 2023**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**12. Intangível**

	<b>Softwares</b>	<b>Total</b>
<b>Custo</b>		
Em 1º de janeiro de 2022		
Adições	87	87
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>87</b>	<b>87</b>
<b>Amortização acumulada</b>		
Em 1º de janeiro de 2022		
Amortização	(6)	(6)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(6)</b>	<b>(6)</b>
<b>Saldo contábil</b>		
Custo total	87	87
Amortização acumulada	(6)	(6)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>81</b>	<b>81</b>
<b>Custo</b>		
Em 1º de janeiro de 2023	87	87
Adições	120	120
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>207</b>	<b>207</b>
<b>Amortização acumulada</b>		
Em 01 janeiro de 2023	(6)	(6)
Amortização	(28)	(28)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(34)</b>	<b>(34)</b>
<b>Saldo contábil</b>		
Custo total	207	207
Amortização acumulada	(34)	(34)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>173</b>	<b>173</b>

**Notas explicativas as demonstrações contábeis**  
**31 de dezembro de 2023**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**13. Fornecedores**

	2023	2022
Fornecedor no mercado interno	55.375	27.080

Os principais parceiros de negócio da Companhia são consultores e assessores técnicos e o contrato de construção com o consórcio TCR-10 que apoiam nas atividades de (a) revisão dos projetos fundamentais de engenharia; (b) nos serviços de aprimoramento dos estudos e avaliações econômicas-financeiras do projeto de exploração da FIOL; e (c) execução de obras de infraestrutura e superestrutura ferroviárias do lote 1F do trecho 1 da FIOL.

**14. Obrigações tributárias e sociais**

	2023	2022
Participação nos resultados	3.723	4.007
Provisão de férias	1.415	1.190
Tributos retidos sobre serviços	1.866	1.569
Tributos sobre obrigações trabalhistas	707	689
Outros	120	250
	7.831	7.705

**15. Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados**

A Companhia identificou passivos contingentes associados a três autuações lavradas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres por supostas infrações, resultando em multas devido ao não cumprimento de cláusulas estipuladas no contrato de subconcessão da FIOL I. Após uma análise realizada pelos assessores jurídicos da Companhia, concluiu-se que não era apropriado provisionar valores para estes processos, uma vez que as perdas esperadas foram consideradas apenas possíveis. O montante total envolvido nestes processos é estimado em aproximadamente R\$ 903 (2022, R\$ 0).

**16. Partes relacionadas**

**(a) Transações e saldos**

Em 2023, o saldo passivo de R\$ 515 (2022, R\$ 2.046) com partes relacionadas, decorre de contrato firmado especificamente para reembolso de despesas gerais e administrativas relacionadas ao compartilhamento de recursos materiais e humanos, incorridos pelo seu acionista controlador BAMIN. O contrato foi assinado em 03 de setembro de 2021, renovado automaticamente em 2022 e 2023, e não contempla incidência de encargos financeiros.

**(b) Remuneração do pessoal-chave da administração**

O pessoal-chave da Administração são os diretores da Companhia, onde a remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados, substancialmente salários e encargos foi de R\$ 4.291 (2022, R\$ 4.195).

**Notas explicativas as demonstrações contábeis**  
**31 de dezembro de 2023**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**17. Patrimônio líquido**

**(a) Capital social**

Em 2023, o capital social autorizado está representado por 595.501.851 (quinhentos e noventa e cinco milhões, quinhentos e um mil e oitocentos e cinquenta e um) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, cujo valor totalmente integralizado corresponde à R\$ 595.502.

**18. Despesas gerais e administrativas**

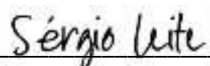
	2023	2022
Salários, férias, 13º salário e encargos	41.976	31.174
Consultorias, assessorias e serviços gerais	20.427	32.211
Viagens, estadias e eventos corporativos	6.510	4.530
Arrendamentos de curto prazo	4.957	2.281
Tributos	2.522	1.882
Outros	4.928	2.626
	<b>81.320</b>	<b>74.704</b>

**19. Resultado financeiro**

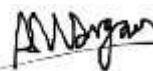
	2023	2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas de aplicação financeira	47.826	38.763
Outras receitas financeiras	4	-
	<b>47.830</b>	<b>38.763</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Outras despesas financeiras	(125)	(69)
	<b>(125)</b>	<b>(69)</b>
	<b>47.705</b>	<b>38.694</b>

**Composição da Diretoria e Gerência Geral Financeira**  
**31 de dezembro de 2023**

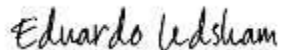
**Diretoria**



Sergio Leite  
**Diretor Presidente**



Alexandre Aigner  
**Diretor Financeiro**



Eduardo Ledsham  
**Diretor**

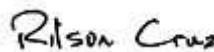


Gustavo Cota  
**Diretor**

**Gerência Geral Financeira**



Pedro Machado  
**Gerente Geral Financeiro**



Rilson Cruz  
**Contador**  
CRC BA 036891/O-5